
INVESTIGAÇÃO PARTICIPATIVA E COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO

Diálogos com Paulo Freire

Inês Barbosa* & Fernando Ilídio Ferreira**

Resumo: A partir de uma experiência de investigação militante com Teatro do Oprimido, no quadro das mobilizações sociais contra a austeridade, em Portugal, exploram-se diálogos e aproximações à obra de Paulo Freire, mais concretamente à sua proposta de investigação participativa. Refletindo-se sobre as possibilidades e as limitações dessa pesquisa, procura-se tecer caminhos que tornem possível uma outra forma de fazer ciência, mais comprometida com a transformação do mundo.

Palavras-chave: Investigação militante, sociologia pública, mobilização social, Teatro do Oprimido, Paulo Freire

PARTICIPATORY RESEARCH AND COMMITMENT WITH SOCIAL CHANGE: DIALOGUES WITH PAULO FREIRE

Abstract: Starting from an experience of militant research with Theatre of the Oppressed, in the context of social mobilizations against austerity, in Portugal, we explore dialogues and approaches to Paulo Freire's work, more concretely to his proposal of participatory research. Reflecting on the possibilities and limitations of this research, we try to find ways that make possible another way of doing science, more committed to the transformation of the world.

Keywords: Militant research, public sociology, social mobilization, Theatre of the Oppressed, Paulo Freire

RECHERCHE PARTICIPATIVE ET ENGAGEMENT POUR LA TRANSFORMATION DU MOND: DIALOGUES AVEC PAULO FREIRE

Resumé: À travers d'une expérience de recherche militante avec le Théâtre de l'Opprimé, dans le contexte des mobilisations sociales contre l'austérité, au Portugal, on explore les dialogues et les approches au travail de Paulo Freire, plus concrètement sa proposition de recherche participative. En réfléchissant aux possibilités et aux limites de cette recherche, nous essayons de trouver des moyens

* Instituto de Sociologia, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

** Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

de rendre possible une autre façon de faire de la science, plus engagée dans la transformation du monde.

Mots-clés: Recherche militant, sociologie publique, mobilisation sociale, Théâtre de l'Opprimé, Paulo Freire

Introdução

Sempre recusei os fatalismos. Prefiro a rebeldia que me confirma como gente e que jamais deixou de provar que o ser humano é maior do que os mecanicismos que o minimizam. (Paulo Freire, 1996: 44)

O ano de 2018 assinalou os 50 anos da mais conhecida obra de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, que teve e continua a ter um grande impacto nos campos da educação, da política e da cultura. É tal a sua importância que foi lembrada, em tudo o mundo, em leituras, conferências, debates, seminários, publicações, etc. É sabido que as efemérides têm muitas vezes um caráter meramente celebratório; no entanto, algumas delas interpelam-nos e conseguem abrir brechas nos nossos quotidianos apressados, despertando-nos para a necessidade de não olharmos apenas, mas de compreendermos e intervirmos n/a realidade com um sentido de compromisso transformador. É este certamente o caso da comemoração dos 50 anos da *Pedagogia do Oprimido*, cuja escrita foi terminada em 1968, no Chile, onde Freire estava então exilado. Sendo as celebrações propícias ao discurso laudatório, estamos convictos, porém, de que no caso da *Pedagogia do Oprimido* seria o próprio Paulo Freire o primeiro a refrear esse discurso e a estimular, antes, a leitura e a discussão críticas da obra à luz dos problemas que enfrentamos hoje no mundo.

É neste sentido que nos propomos dialogar com Freire, especialmente sobre a investigação participativa e as suas possibilidades transformadoras. Baseamo-nos em várias obras, destacando, no entanto, um texto menos conhecido que foi escrito a partir de uma alocução sua na Universidade de Dar-Es-Salaam, Tanzânia, em 1971. Foi publicado uma década depois, com o título «Criando métodos de pesquisa alternativa: Aprendendo a fazê-la melhor através da ação» (Freire, 1981), integrando a obra coletiva *Investigação Participante* (Brandão, 1981). O seu propósito era «refletir sobre alguns problemas com que nos defrontamos enquanto educadores ou cientistas sociais, em nossa prática», considerando que tais problemas são «fundamentalmente políticos e ideológicos e não apenas epistemológicos, pedagógicos ou das ciências sociais» (Freire, 1981: 34).

O presente artigo tem origem numa experiência de ação coletiva de um grupo de Teatro do Oprimido (TO), criado em Braga (NTO) em finais de 2011, no contexto das mobilizações

sociais de protesto contra a Troika e as políticas de austeridade impostas pelo Governo, especialmente no período mais quente de 2012-2013 em que centenas de milhar de pessoas ocuparam as ruas. O TO é uma metodologia de intervenção educativa, política e social, criada por Augusto Boal (2010) no contexto da ditadura brasileira. Marxista, brechtiano, freiriano, este teatro busca investigar e desmontar as estruturas de poder que estão na base da opressão, nas suas múltiplas formas, visando a emancipação individual e coletiva através do exercício dialético e do método dialógico. Não pretendemos realizar uma investigação sobre o TO, mas antes usá-lo como ferramenta e estratégia de problematização e intervenção na realidade. Mais do que um olhar sobre o TO, exercitámos um olhar através do TO, concebendo-o como ferramenta político-estética propícia à mobilização e à ação coletivas.

Se há situações em que a conjuntura se impõe ao tema e à metodologia, esta foi uma delas. Um dos membros do grupo, coautora deste artigo, estava então a iniciar o doutoramento em Ciências da Educação, especialidade de Sociologia da Educação, na Universidade do Minho (Barbosa, 2016). O projeto inicial de tese tinha pouco a ver com a investigação que veio a concretizar-se. Foram sobretudo as circunstâncias da crise e a efervescência ativista que estiveram na origem da mudança de rumo da investigação, a qual teve implicações várias, especialmente de natureza ético-metodológica, que serão discutidas no artigo.

Desde a criação do NTO e a sua constituição em associação juvenil Krizo – Educação, Arte e Cidadania, passando pelo período mais intenso de mobilização social e política, até ao período de aparente estagnação, a investigação foi dando corpo a uma experiência implicada do grupo – de criações estético-expressivas, de reflexões e debates no seio do grupo, de articulações com outros coletivos, de aprendizagens, de hesitações, avanços e recuos –, procurando constituir-se como uma investigação militante, enquadrada numa conceção de sociologia pública.

1. Sociologia pública e investigação militante

No outono de 2014, chegava às páginas dos jornais portugueses e às redes sociais a notícia sobre um alegado ato de censura por parte do diretor da revista *Análise Social*, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa. Em causa estava um ensaio fotográfico – «A luta voltou ao muro» – da autoria do sociólogo Ricardo Campos, que expunha graffitis com palavras de ordem contra o Governo, a Troika, empresários e banqueiros. O diretor classificava as imagens de «linguagem ofensiva», «mau gosto», «ofensa a instituições e pessoas», que «não podia tolerar» e mandava destruir os exemplares já impressos e suspender a sua publicação¹. O desen-

¹ <https://tvi24.iol.pt/sociedade/ics/revista-analise-social-suspensa-devido-a-linguagem-ofensiva>

lace da história foi favorável ao sociólogo e o Conselho Científico do ICS aprovou, por unanimidade, colocar novamente a revista em circulação.

Este caso – inédito, tanto quanto se sabe – levantou, nem que tenha sido por período curto, a discussão sobre os limites entre o ativismo e a ciência, entre aquilo que são as convicções político-ideológicas dos investigadores/as e aquilo que é passível de ser traduzido ou transportado para o meio académico. É justamente a preocupação com a democratização e a difusão do conhecimento académico que está na gênese da chamada «sociologia pública» (Burawoy, 2006). Embora a sua prática seja tão antiga quanto a da sociologia propriamente dita, foi este autor norte-americano quem esboçou as suas bases teóricas ao defender a existência de quatro formas de fazer sociologia – profissional, política, crítica e pública – cujas funções e aspirações seriam diferentes, mas se complementariam em múltiplas ocasiões. Dentro da sociologia pública, Burawoy distingue dois modos: tradicional, dirigida a um público invisível (escrever para jornais, comentar notícias, etc.) e orgânica, em que o sociólogo «trabalha em estreita conexão com um público visível, numeroso, ativo, local e frequentemente um contra-público», como associações, movimentos ou organizações sociais. Na base dessa relação estaria um «diálogo, um processo de mútua educação» (2006: 15-16). Ruy Braga (2011: 60-61) aponta para um «fecundo diálogo entre aqueles que reivindicam o marxismo aberto» – não ortodoxo – e «aqueles que se inscrevem no campo das sociologias públicas», falando mesmo de uma «sociologia pública marxista» (p. 80). Nesse sentido, um dos grandes contributos do marxismo é o facto de ser crítica «tanto em face da realidade social estabelecida» quanto «ante ele próprio», num constante questionamento e reformulação em função dos seus objetivos emancipadores (Lowy, 1997: 22).

Um dos eixos fundamentais da sociologia pública reside na conceção do investigador/sociólogo como «intelectual orgânico» (gramsciano) e como «ser da práxis» (marxista): um intelectual simultaneamente «cientista, crítico e revolucionário», que não se esconde atrás da neutralidade científica, alheio às contradições do seu tempo, mas se vê impelido a definir-se nos conflitos da história e a tomar partido, conectado às organizações políticas, sociais e culturais e fazendo, assim, parte de um «organismo vivo e em expansão» (Semeraro, 2006: 374-377). Se a «matéria-prima básica da sociologia é o estudo de todas as formas de resistência às transações e instituições carregadas de poder» (Touraine, 2009: 248), a sociologia pública seria assim a partilha e aprendizagem coletiva dessas mesmas resistências, preocupando-se com a construção e a difusão de ferramentas de análise da realidade e de desconstrução de ideologias ao conjunto de cidadãos e cidadãs. Neste sentido, o investigador-militante distingue-se tanto do investigador académico como do político militante e também do militante ativista de organizações não-governamentais, humanitárias, etc. Podemos definir a investigação militante como «o lugar onde a academia e o ativismo se encontram na busca de novas formas de agir que levem a novas formas de pensar» (Bookchin et al., 2013: 4).

Longe de desconsiderar a investigação universitária, o que a investigação militante pretende é incentivar uma outra relação com os saberes populares (Colectivo Situaciones, 2003). A uma suposta «neutralidade» da ciência e «pureza» dos resultados que algumas abordagens defendem, argumentando que a participação dos grupos populares pode prejudicar a cientificidade da pesquisa, Freire (1981: 37) contrapõe: «Esses cientistas sociais não podem evitar a interferência de sua subjetividade na interpretação que fazem. Como não podem evitá-la no momento mesmo em que “desenham” a pesquisa». Freire afirma que a «pesquisa alternativa» que defende é indissociável da perspectiva libertadora em que se situa e chega a defender que ela «poderia mesmo vir a constituir-se em desafio a toda a Universidade em suas preocupações atuais em torno de como relacionar-se com os grupos populares» (p. 38). Alerta, no entanto, para o facto de que «pôr em prática esta metodologia significa recriá-la, enriquecê-la; significa inventar métodos com os quais trabalhar de maneira que as pessoas não sejam meros objetos» (p. 41). É, pois, notória a atualidade do pensamento freiriano sobre os modos de conceber e praticar a pesquisa: «pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento» (p. 36).

Mais do que um método, a investigação participante e militante constitui «um desafio epistemológico radical à tradição das ciências sociais» (Fine, 2012: 215), estando não apenas ao serviço da produção de conhecimento, numa perspectiva cognitivo-instrumental, mas tornando-se uma arte de produzir ferramentas com as quais as pessoas possam lutar (Russel, 2015). Não é de estranhar, portanto, que se façam ouvir ataques a estas abordagens sociológicas críticas através de afirmações de falta de rigor e de neutralidade, «uma espécie de ideologia marxista disfarçada de ciência social» (Braga & Santana, 2009: 226). Estas afirmações são reveladoras de que há modos de conceber e fazer ciência que se mantêm reféns de noções como neutralidade, distanciamento e controlo. Porém, como defende Santos (2000), se pretendemos construir um conhecimento emancipador, este deve maximizar a objetividade e minimizar a neutralidade. Como diz Freire (1996), ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não existe neutralidade científica em pesquisa alguma e, menos ainda, em investigações vinculadas a projetos de ação social (Brandão & Borges, 2007: 54-55). Estas implicam a ação transformadora, reflexiva, crítica e comprometida no saber e fazer coletivos.

2. Investigação-ação participativa militante: explicitando fundamentos e opções

Nas últimas décadas parece ter ressurgido o interesse pelas metodologias participativas de investigação-ação para a qual têm sido usados diversos qualificativos: participativa, crítica, emancipatória, etc. Nelas se incluem ainda as perspectivas de investigação anti-opressivas (Brown &

Strega, 2005), radicais (Schostak & Schostak, 2008), ativistas (Hale, 2008; Azad & Fuentes, 2009) e militantes (Juris, 2007; Bringel & Varella, 2014). Não obstante, a investigação participativa continua a ser tratada com alguma desconfiança e ceticismo, permanecendo o seu estatuto algo indefinido e marginal no panorama científico.

Reconhecendo a existência de um amplo leque de perspectivas e abordagens, inclusivamente na sua dimensão histórica, mais do que procurar identificar o que as distingue e/ou aproxima – em termos epistemológicos, ontológicos e metodológicos –, procuramos esboçar nesta secção algumas características das mesmas, salientando aquelas que nortearam o nosso trabalho, no quadro de uma investigação participativa militante: que princípios e valores lhes subjazem, que processos valorizam, que investigador(es) preconizam, que ciência social defendem.

a) Baseia-se na experiência e na reflexão sobre a experiência

No texto com que abrimos este artigo, Freire (1981: 35) salientava que, para muitos, a «realidade concreta» se reduz a «um conjunto de dados materiais ou de fatos». Para ele, a realidade correspondia a «todos esses fatos e dados», «mais a percepção» que deles se tenha, numa «relação dialética entre objetividade e subjetividade». A transformação de objeto de pesquisa em sujeitos – e «companheiros/as» – de investigação, além de contribuir para a democratização dos poderes e da prática científica, vai centrar a investigação nas experiências dos participantes. Há um «reconhecimento da realidade e das experiências como possibilidade de ampliação e horizonte teórico para a ação» (Botero, 2012: 37).

b) Quebra fronteiras e dicotomias estéreis, nomeadamente entre teoria e prática

«Não nos damos bem com limites» e não somos «os melhores seguidores de regras do mundo» (Brydon-Miller, Greenwood, & Maguire, 2003: 20) são duas expressões que resumem bem este tipo de abordagem metodológica. À medida que o processo avançava, eram feitos registos e era também impulsionada a reflexão sobre as iniciativas, num balanço contínuo das repercussões das intervenções artísticas dentro e fora do grupo. Não deixavam, porém, de ser articuladas com leituras e reflexão teórica: «separada da prática, a teoria é puro verbalismo imperante; desvinculada da teoria, a prática é ativismo cego. Por isto mesmo é que não há práxis autêntica fora da unidade dialética ação-reflexão, prática-teoria» (Freire, 1975b: 11).

c) Desenvolve-se dentro (e através) de organizações e movimentos sociais e outras formas de ação coletiva

Referindo-se a diversas formas de pesquisa participante que decorreram no Brasil e na América Latina entre 1960 e 1980, Brandão e Borges (2007) salientam que um dos seus principais traços se prende com o facto de terem decorrido, dentro dos movimentos sociais, «projetos de envolvimento e mútuo compromisso», no âmbito dos quais é atribuído aos «agentes populares diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo da pesquisa (p. 53). A investigação militante parte, assim, dos «entendimentos, das experiências e das relações geradas através da organização coletiva (...) como método de ação política e forma de conhecimento» (Shukaitis & Graeber, 2007: 8).

d) Decorre com fluidez, flexibilidade e abertura à imprevisibilidade e ao caos

Normalmente associados a espirais cíclicas de investigação-ação-reflexão, os processos desenvolvem-se de forma fluída e flexível, aberta a revisões e reestruturações constantes: «o processo e os resultados de uma pesquisa interferem nas práticas sociais, e, de novo, o seu curso levanta a necessidade e o momento da realização de novas investigações participativas» (Brandão & Borges, 2007: 54-55). O investigador precisa de «aceitar viver na incerteza e instabilidade, inerentes a toda situação dinâmica, na qual é impossível a previsão de tudo» (Franco, 2005: 495), de ser resistente, paciente, prático e otimista e até apreciar «a beleza do caos» (Byrdon-Miller, 2003: 11-12).

e) Recusa a neutralidade e assume um posicionamento político e ideológico

Como sustenta Freire (1975b: 15), «quanto mais crítico e engajado, mais rigoroso» tem de ser o investigador. Diferentemente do ativista que «mergulha na realidade em movimento e se faz levar pela correnteza, ao invés de se sobrepor a ela», um investigador engajado precisa recorrer constantemente a «instrumentos teóricos de leitura da realidade» (pp. 25-26). Ao mesmo tempo, necessita manter «um compromisso, uma postura ética e persistência a todos os níveis» (Borda & Rahman, 1991). Apesar de a maioria dos elementos do NTO já não acreditar na democracia representativa, a participação na ação coletiva e na pesquisa permitiu criar um «espaço de politização» considerado fértil por todos.

f) Contribui para a formação de sujeitos pesquisadores, críticos e reflexivos

Freire (1981) referia-se ao ato de «pesquisar e educar» como um permanente e dinâmico movimento: «fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares» (p. 36). Pesquisas participantes pretendem tornar-se «instrumentos pedagógicos e dialógicos de aprendizado partilhado; possuem organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora» (Brandão & Borges, 2007: 57), estando frequentemente vinculadas à educação popular e contribuindo para a formação de «sujeitos pesquisadores, críticos e reflexivos» (Franco, 2005: 501).

3. Hansel e Gretel: reconstituindo os percursos de uma investigação

O movimento gingado que caracteriza esta investigação tornou necessário retroceder e reconstituir cuidadosamente o percurso seguido, como Hansel e Gretel recolhendo as migalhas de pão para regressar a casa.

Com o intensificar da crise social, política e económica, rapidamente direccionámos o nosso olhar para o papel que TO podia desempenhar enquanto estratégia e ferramenta de compreensão, ação e mobilização. Como poderia o TO auxiliar na compreensão e leitura dos acontecimentos? De que forma poderia ampliar a voz do grupo, revelando as suas inquietações e reivindicações? Que papel poderia a metodologia desempenhar nas intervenções de rua?

As dramáticas consequências do capitalismo neoliberal – que vieram à tona a partir de 2007-2008 com a crise financeira internacional – fizeram-se sentir, em Portugal, sobretudo quando foram impostas pelo Governo e pela Troika duras medidas de austeridade, gerando pobreza, desemprego e precariedade, cortes de salários, pensões e subsídios, congelamento de carreiras, aumento dos impostos, entre outras. O impulso foi dado pela manifestação da designada «Geração à Rasca», no dia 12 de março de 2011, seguindo-se um ciclo de protestos que acompanhou os movimentos «pró-democracia e anti-austeridade» (Della Porta & Mattoni, 2014), que surgiam noutros países afetados pela crise económica, pela dívida pública e pela consequente intervenção externa da Troika. Multiplicaram-se os estudos e as publicações sobre o impacto das medidas de austeridade no campo da educação, da cultura, da economia, nos modos de organização da sociedade portuguesa e nas subjetividades individuais (Ferreira, 2012; Abreu et al., 2013; Soeiro, Cardina, & Serra, 2013; Benavente, Queiroz, & Aníbal, 2015). Em 2011, um conjunto de cientistas sociais portugueses lançou mesmo um *Manifesto para um Mundo Melhor*, realçando a responsabilidade dos mesmos em desvelar as ideologias e o consenso neoliberal (Casa-Nova, Benavente, Diogo, Estêvão, & Lopes, 2012).

À época, constituímos o NTO, em Braga, composto por jovens entre os 20 e 40 anos, com habilitações ao nível do ensino superior na área das ciências sociais e artes: estudantes, desempregados e/ou em situação precária; maioritariamente descrentes da democracia representativa; com uma participação intermitente e fluída, fruto, em parte, de dinâmicas de «poli-envolvimento». Além de um grupo mais permanente de cerca de seis elementos, várias pessoas participaram nos momentos de ação e reflexão, quer pertencentes à associação Krizo, quer de outros coletivos, como a associação Tartaruga Falante (Porto) ou outros que pertencem à organização do Óprima – Encontro de TO e Ativismo, como o KSK Arrentela e Marcha Mundial das Mulheres. Muitos outros/as contribuíram para a investigação, principalmente ligados ao TO, a nível nacional e internacional: espect-atores nas sessões de teatro-fórum, curin-gas e participantes nas oficinas de TO; e um sem número de pessoas que colocaram questões, fizeram comentários, partilharam experiências em vários debates, intervenções de rua ou encontros políticos.

Em termos metodológicos, várias fontes, estratégias, técnicas e instrumentos foram utilizados: ações performativas, registos audiovisuais, análise documental, diário de campo, grupos focais, narrativas biográficas, entre outros. Neste artigo, o objetivo não consiste em apresentar de forma sistemática e detalhada o dispositivo metodológico e os resultados da pesquisa, embora se pretenda incorporar no texto alguns elementos que proporcionem ao/à leitor/a um panorama aproximado das personagens e dos cenários, de ações performativas e outras iniciativas do grupo. Recorreremos essencialmente aos dados do diário de campo (DC) e dos grupos focais (GF). Durante quatro anos, desenvolvemos inúmeras iniciativas – performances, ações diretas, teatro-fórum, teatro-jornal, debates, vídeo-ativista, encontros políticos, etc. –, investigando, individual e coletivamente, os discursos políticos e mediáticos relacionados com a crise e a austeridade e, em particular, com a precariedade do trabalho. Várias performances e peças teatrais foram preparadas e apresentadas em diversos contextos – «Troka o Salazar pela Troika», «M.E.T²», «Mãos Atadas», «Monstro da Crise» e «Máquina do Empreendedorismo» –, tendo todas elas dado origem a notícias e reportagens (jornais, rádio, vídeos no *YouTube*, etc.) e/ou a artigos científicos, incluindo um em coautoria com companheiras do grupo (Barbosa, 2014, 2017; Barbosa & Ferreira, 2015, 2017; Barbosa, Rodrigues, & Mendes, 2015).

Na espiral de investigação, um discurso político sobre a crise provocava uma ação performativa por parte do grupo; essa ação originava determinadas perguntas que, por sua vez, levavam a que se procurassem novas referências teóricas. Essa análise originava outros questionamentos, até que uma outra manifestação, uma notícia ou qualquer outro fator político-social despoletava mais um conjunto de ações e reflexões coletivas (GF, 2014, 2015).

Pegámos em assuntos sérios, assuntos que nos preocupam, fizemos uma pesquisa, digna de trabalho da universidade, fomos até à biblioteca ver jornais antigos. (João)

Pensar em problemas é pedagógico, fazer perguntas é a base da educação e o TO faz muitas perguntas: temos um problema e estamos a pensar como resolvê-lo, estamos a analisá-lo profundamente. E convidas as pessoas a fazer parte; é uma estratégia de politização e de geração de pensamento crítico. (Amarílis)

De forma sintética, descrevemos a seguir, a título de exemplo, duas ações performativas: «O despedimento da professora Abril» e «O bolo da austeridade».

Zé Povinho chega acompanhado à escola por alguns companheiros. Na sala está a professora Abril que, munida de um manual escolar de História e da Constituição da República Portuguesa, explica os direitos sociais e políticos conquistados após o 25 Abril. Um a um são enunciados direitos com mais de quarenta anos: subsídios, pensões, direito às manifestações e à greve, perante o olhar atento dos alunos. Pouco tempo depois, é interrompida pelo Professor Troika, que anuncia a cessação do seu contrato. «De agora em diante serei o vosso professor. Como quero que tudo corra pelo melhor, vou-vos anunciar algumas medidas imprescindíveis para que tenham boa nota no exame. Repitam comigo e copiem três vezes: salários congelados, flexibilidade laboral, muita muita privatização, transportes mais caros, despedimentos mais fáceis, mais impostos, mais taxas moderadoras... menos subsídios. Se fizerem isto tudo e se portarem bem, vão todos ter nota positiva! Palminhas!»

A notícia que inspirou a segunda cena – o bolo da austeridade – referia-se às declarações da então Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, Maria Luís Albuquerque. O grupo utilizava o humor e a sátira para evidenciar várias críticas: ao discurso do sacrifício redentor, no qual seriam os portugueses os responsáveis pela crise económica, justificando-se uma solução assente na privação individual: «todos temos de fazer sacrifícios»; aos casos de corrupção (envolvendo membros do governo e grandes grupos económicos) e à desigualdade no modo como a crise atingia os ricos e os pobres; às políticas de austeridade, enquanto «receita» preparada e conduzida pelas elites económicas europeias; e ao modo como esse discurso era divulgado e legitimado pelos media, sob o olhar aparentemente alienado do Zé Povinho. Ao mesmo tempo, traçavam-se paralelos entre o discurso da contenção económica e dos sacrifícios que acompanhou a ditadura de Salazar e o discurso contemporâneo sobre a austeridade: «Ainda utiliza aquele Salazar que está esquecido na gaveta? Pois temos a solução para si! Compre uma Troika!».

Zé Povinho entra e liga a televisão, onde decorre um programa de culinária. Uma mulher bem vestida anuncia os ingredientes necessários para cozinhar o «Bolo da Austeridade»: «100g austeridade, cinco colheres de cortes; recessão qb; uma mão cheia de impostos; 23 gr. de I.V.A. pra crescer e não poupe no déficit!» Passa, de seguida, à explicação da receita. Enquanto mexe, amassa, estica e corta a massa do bolo, a personagem lê: «Não há exceções. O que acontece e o que está previsto é a suspensão dos subsídios de Natal e de férias para as empresas públicas. O que é possível é um corte salarial com adaptações, mas haverá um corte. Todos os trabalhadores vão sofrer cortes nos seus salários» (JN, 12.03.12). Enquanto a cozinheira repete continuamente a necessidade dos cortes e sacrifícios, vai-se lambuzando com a massa, de forma pouco discreta. Finalizada essa etapa, passa

a massa para a forma, munindo-se de um rapa-tacho, também conhecido por salazar. É nessa altura que o programa é interrompido para dar lugar um anúncio publicitário: «Ainda raspa os seus bolos como antigamente? Ainda utiliza aquele Salazar que está esquecido na gaveta? Pois temos a solução para si! Compre uma Troika! Em suaves prestações e sem juros. Ligue 707 112 112. E obtenha no seu lar este divinal utensílio de cozinha. Faça uma troca: o seu Salazar pela Troika!» A emissão do programa de culinária retoma. A cozinheira, com a ajuda da sua Troika, coloca a massa numa bacia à parte com as palavras «saco azul», enquanto salienta: «Todos temos de fazer sacrifícios, pelo que vai haver cortes em várias componentes das remunerações dos trabalhadores. O corte da massa salarial tem de atingir determinado objetivo sem exceção» (JN, 12/03/2012). A restante massa, em quantidade substancialmente inferior, é entornada para uma forma «humilde, pequena, para poupar», enquanto a cozinheira canta «todos temos de fazer sacrifícios, fícios, fícios...».

A ligação entre o campo académico e a dinâmica social e política foi sendo trabalhada laboriosamente: os processos e resultados de investigação tiveram lugar na universidade, mas também nas ruas, em espaços associativos; em debates e congressos, mas também em oficinas, em sessões de teatro-fórum ou em exposições artísticas. Nenhum espaço foi reservado especificamente para determinada estratégia: o teatro foi à faculdade e o debate foi à praça pública. No interior do grupo NTO/Krizo discutiam-se questões como: quem somos? como nos organizamos? (GF, 2014).

A nossa essência é sermos um grupo de pessoas com sentido crítico. Quando algo se passa e o tema nos diz alguma coisa, nós vamos lá e entramos em ação. (João)

O que nos une é encontrar espaços de politização em que se estimule um pensamento permanentemente crítico e em que se contrarie o conformismo. (Alexandra)

Acho que há um denominador comum em todos os elementos que é esse inconformismo. Inconformidade com as coisas como estão. Estamos em crise total e é pensar: o que podemos fazer pra mudar isto. (Quintas)

Numa entrevista a um jornal universitário², os elementos do NTO/Krizo explicaram que o grupo tinha surgido com o intuito de «pôr o dedo na ferida», considerando-se «subversivos, porque não estão de acordo com a lógica dominante, e insistentes, pois não desistem facilmente», movendo-se pela «procura coletiva de alternativas»: «pesquisar, refletir, consciencializar, debater a fundo e com muita gente».

A associação surgiu como uma oportunidade para pôr esse «espírito crítico em prática», diz a Ângela. Segundo ela, o grupo pode ser visto a partir de três metáforas: uma «casa de espelhos» que reflete a sociedade; uma caixinha de surpresas, «daquelas que se abre e uii! O que vai sair daqui?»; e uma caixinha de música, «que é dançar sobre o tema e colocar outras pessoas a acompanhar a música». (GF, 2014)

Em vários momentos, os participantes expuseram as suas experiências de precariedade laboral, de desalento e angústia perante o futuro. A condição precária dos elementos do grupo é simultaneamente um fator perturbador e um elemento aglutinador, gerando a energia propul-

² <http://www.comumonline.com/2014/04/krizo-por-uma-sociedade-critica-e-ativa/>

sora de grande parte das ações. Por um lado, «gera disponibilidade», por outro, a precariedade é algo que «te obriga a questionar», porque «não estás confortável», salienta a Tatiana (GF, 2014).

A precariedade é terrível porque advém de toda esta lógica global de fazer com que as pessoas se sintam frágeis. (Quintas, 2014)

Vejo-me a submeter a coisas... Há um discurso que nos amedronta: «agarra-te ao que tens» e isso dispara um alarme. Há uma necessidade que eu tenho de tentar sair desta situação, mas sei que não consigo sair dela sozinha. (Tatiana, 2014)

Aquilo que fazemos tem um poder de transformação, mas uma parte fundamental dos nossos ativismos é uma forma de nos encontrarmos, de nos vermos, de não estarmos sós. E não estarmos na nossa solidão significa abrimo-nos ao mundo, sair e intervir no mundo. (Jorge, 2015)

As conceções e relações que os elementos do grupo têm com os partidos e a democracia representativa são muito negativas: «circo», «mentira», «retórica», «influência», «condicionamento», «falta de liberdade» (GF, 2014).

A partir do 25 de Abril, desenvolveu-se uma certa apatia porque se criou a ideia de que já garantimos uma democracia. Como se não fosse preciso mantê-la viva. (Alexandra)

Há uma falta de relação com o povo, vivem para dentro, hermeticamente, e há uma distância abismal entre o que são e o que fazem, entre o que dizem e o que são (...). Vivemos numa ditadura camuflada de democracia, achamos que estamos livres. (Quintas)

A transformação de objeto de pesquisa em sujeitos – e «companheiros» – de investigação, para além de contribuir para a democratização dos poderes e da prática científica, vai centrar a investigação nas experiências dos participantes. Há um «reconhecimento da realidade e das experiências como possibilidade de ampliação e horizonte teórico para a ação» (Botero, 2012: 37). Alguns membros do grupo destacam a forma «partilhada e coletiva» de criação e experimentação. O facto de se apresentar uma peça no espaço público usando a sátira e o humor teve no grupo um especial impacto (GF, 2014):

«Há a riqueza da intervenção da rua», diz Ângela. «Com esta peça transmitimos uma série de pontos críticos sem aquela carga de tau-tau-tau, falámos de assuntos sérios, através da arte. E até de uma forma cômica», acrescenta João: «pusemos as pessoas a rir, a pensar, a manifestarem-se, de uma forma bonita. O público que nós tínhamos», recorda João, «tinha muita gente, era de noite e estava frio e ficaram, assistiram até ao fim, refletiram connosco». Para Quintas, «a rua tem esse poder, é visceral, a distância, está ali tudo ao teu lado». No entender de Tatiana, para quem «os jornais são formas de legitimar determinado discurso», o contacto com a metodologia possibilitou-lhe ganhar «um olhar crítico», «ver nas entrelinhas», «desconstruir seja de forma irónica, seja de que forma for». Quintas reforça: «Pegar na notícia e dizer exatamente o que é inconveniente dizer», «poderes desmanchar, desconstruir...». Ângela acrescenta: «desconstruir é com várias cabeças a ler a mesma notícia; não é só desconstruíres tu, é um conjunto de visões, o que é bem mais rico».

Reflexividade metodológica: o duplo papel de ativista e acadêmica

A sensação de estar perdido é uma constante deste tipo de metodologia: os objetivos não são ou são apenas provisoriamente constituídos à partida, as estratégias e ferramentas vão sendo mobilizadas à medida que surgem novos desafios e as questões são elaboradas e reelaboradas continuamente. Neste exercício de reflexividade metodológica, uso naturalmente a primeira pessoa do singular. O que procuro fazer é explicitar o percurso metodológico com a racionalização que a distância permite. A distinção que Marx faz entre «modo de exposição» e «método de investigação» é reveladora disso mesmo. «O método de investigação consiste em partir do todo caótico e sincrético e, portanto, confuso. Depois, por aproximações sucessivas, acedemos a extratos cada vez mais abstratos. A exposição prossegue da frente para trás, ao arrepio da investigação: parte das abstrações já descobertas e expõe-nas como se fosse uma construção lógica e racional» (Brohm, 1979: 69). Por isso, «a história de um método (= caminho) só pode ser contada ao finalizar a pesquisa. A direção tomada inicialmente é sempre provisória (Gadotti, Freire, & Guimarães, 1995: 14).

A reflexividade metodológica assume um papel central e crítico na investigação (Raven, 2006) e, de um modo particular, no tipo de investigação que desenvolvemos. Como refere Caria (1999: 28), a intervenção do investigador no contexto da ação permite que este seja utilizado como «recurso reflexivo» para os atores sociais «pensarem em voz alta» sobre as possibilidades atuais e emergentes de ação e não como «recurso ideológico» que funcione como «porta-voz» do grupo», defendendo que, desse modo, os riscos de «redução intervencionista da análise» serão diluídos. Uma das principais ambiguidades vividas nesta pesquisa prende-se, justamente, com as noções de «investigação coletiva» e de «investigador coletivo» que acarretaram vários dilemas éticos, metodológicos e epistemológicos. Ainda que de uma investigação coletiva se tratasse, o papel e o interesse da investigadora, que estava então a preparar a tese de doutoramento, eram necessariamente diferentes; porém, isso foi sempre assumido pela própria e pelo coletivo. Consistindo, em boa parte, em ações de protesto de rua, a simples ideia da diferença de papéis, considerando uma eventual separação entre académicos/as e ativistas, era percebida como inimaginável. Essa diferença tornava-se visível, principalmente por iniciativa da investigadora, nas situações em que pedia a colaboração do grupo para momentos de produção intencional de dados sugeridos pelo ciclo de ação-reflexão-ação: debates, oficinas, grupos focais, retratos sociológicos, entre outros.

Todas as iniciativas descritas e analisadas ao longo da tese foram uma criação coletiva e uma boa parte das reflexões que as antecederam e precederam também. Na redação da tese tentei – ao máximo – que essa contribuição ficasse evidente através dos relatos pormenorizados das iniciativas e da implementação e mobilização de grupos focais, retratos sociológicos,

entrevistas, gravações de debates e oficinas. Cheguei mesmo a publicar um artigo em parceria com duas das minhas companheiras da associação (Barbosa, Rodrigues, & Mendes, 2015). Contudo, nada disso parece suficiente para dar conta da importância que cada um e cada uma teve nestes processos de ação e reflexão. Em última análise, são os/as investigadores/as académicos/as quem possui – ou a quem é reconhecida – autoridade e controlo sobre a produção do conhecimento (Hale, 2008). São eles/elas, apesar de tudo, quem utiliza a informação obtida e a reconstrói, dando significados que podem ser, ou não, coletivos. Isso não acontece apenas por não ter havido da minha parte uma vontade de democratização da prática científica, mas tão-somente porque nem sempre as pessoas têm disponibilidade para tal.

Houve períodos de muito mais ação que investigação, períodos de desmotivação e autêntico «estado de sítio», alturas em que me senti perdida nos objetivos, nas estratégias, nos fins. Outros houve em que fiz descobertas, em que me entusiasmei, em que percebi exatamente onde queria chegar e que perguntas eram necessárias. No entender de Cook (2009), existe um propósito nesses «períodos de confusão»: são momentos ideais para observar, interromper, analisar, transformar. Como as questões se foram desenhando à medida que íamos intervindo e refletindo coletivamente, muitas leituras, material e tempo acabaram por ser inutilizados, obrigando a um certo grau de desapego. O facto de não ser possível prever quando vai haver outra manifestação, que impacto vai causar determinada ação no espaço público, que nova lei vai sair ou quais serão os resultados eleitorais foi também causa de instabilidade. Todos esses fatores foram sendo incorporados na investigação, levando a avanços e retrocessos ou a momentos de estagnação. «A complexidade, a imprevisibilidade, a oportunidade gerada por alguns acontecimentos inesperados, a fecundidade potencial de alguns momentos que emergem da práxis, indicam que o pesquisador precisa muitas vezes «agir na urgência e decidir na incerteza» (Franco, 2005: 497).

O duplo papel de ativista e académica envolve vários constrangimentos, fragilidades e limitações na investigação. Por um lado, em particular no período entre 2012-2013, em que as ações se sucediam umas às outras e em que a minha implicação era integral (não só na preparação das performances ou peças teatrais, mas também na mobilização dos grupos, no contacto com outros movimentos, nas reuniões, na distribuição de folhetos), era muito difícil realizar um trabalho sistemático de registo, acompanhamento e avaliação. Por outro lado, sentia muitas vezes que, se não assumisse explicitamente o meu papel, considerando que não era apenas ativista, mas também investigadora académica, as ações ficariam comprometidas. De facto, demorou algum tempo a sentir que o grupo assumia uma certa autonomia. Ainda que isso levasse a alguma sobrecarga, sentia também que, enquanto bolseira de investigação, tinha um estatuto privilegiado, dispunha de tempo para realizar as tarefas e, de alguma forma, recebia uma remuneração por isso. Não podia *exigir* dos meus companheiros a mesma dedicação e empenho. Talvez por isso Touraine, quando idealizou a «intervenção sociológica», propunha dividir os «papéis da

pesquisa» entre duas pessoas: o *intérprete*, mais próximo do grupo e que o «empurra» para a frente; e o *analista*, que se coloca «do ponto de vista da análise e que se esforça para constituir hipóteses» (1982: 42-43). No meu caso, a acumulação dessas duas funções gerava todas essas contradições. Além disso, nem eu, nem os/as meus/minhas companheiros/as, quando íamos para a rua protestar, quando organizávamos um debate ou participávamos numa oficina, estávamos a pensar «na investigação»; não existia essa instrumentalização, não estávamos a assumir o papel de «acadêmicos», ainda que todas as experiências contribuíssem para alimentar a reflexão crítica em torno da experiência social e política e também convivial.

A ação coletiva é atravessada por um conjunto de emoções e sensações: tensão, ansiedade, medo, expectativa, alegria. O recurso a artes performativas faz com que o próprio corpo seja usado como ferramenta de investigação (Juris, 2007: 166). Quando agora leio artigos sobre o período mais intenso das manifestações, em 2012-2013, é notório um apaixonamento quase ingênuo. É difícil escrever sobre eles «limpando» essas emoções. Esta foi uma dificuldade que enfrentei principalmente no início da investigação. É necessário criar um distanciamento intelectual, crítico e reflexivo, mas num equilíbrio que não anule por completo a indignação, a raiva ou a esperança que foram o motor ou a consequência de grande parte das ações. O mesmo aconteceu relativamente ao equilíbrio entre o rigor científico e o posicionamento político e ideológico: como escrever sobre a austeridade – analisando-a, criticando-a – sem cair no discurso panfletário? Como interpretar «objetivamente» a precariedade quando o meu grupo (e eu própria) éramos ou somos atravessados por essa realidade? Por outro lado, uma investigação que centra grande parte do seu processo em experiências artísticas ou performativas implica uma abertura ao conhecimento que se constrói e mobiliza por meio de linguagens não verbais, metafóricas, sensoriais, visuais ou plásticas. Ora, essa tradução para a escrita científica não é uma tarefa fácil nem imediata – por muito que se estudem os manuais de metodologias de investigação em ciência sociais –, perdendo-se assim, grande parte da informação nesse processo.

A emoção está no âmago da experiência de intervenção social e política no espaço público, talvez tanto ou mais do que a razão, tendendo até a sobrepor-se ao esforço racional de elaboração de um trabalho sistemático de produção e análise de dados. Porém, este não é um fator que diga respeito apenas ao trabalho que realizámos. A investigação sociológica não visa apenas captar a dimensão estratégica e utilitária da ação humana, mas também dar conta de relações e interações sociais geradas nos interstícios da vida quotidiana: a amizade, a sociabilidade e a convivialidade; a cooperação e a solidariedade; o dissenso e a controvérsia; entre outros. Tendo isso em consideração, a investigação que realizámos procurou questionar e superar a «razão instrumental» que parece ser ainda dominante no modo de pensar e fazer ciência, estabelecendo aproximações à teoria da ação comunicativa de Habermas (1987). A comunicação implica reciprocidade e, como tal, na comunicação não há sujeitos passivos (Freire, 1975/2010): o sujeito

pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar dá-se na comunicação.

Continuando a refletir...

Revisitar autores e obras fundamentais da teoria crítica, entre os quais se inclui destacadamente Paulo Freire, é hoje particularmente necessário, vivendo nós num mundo em que há tanto para criticar e transformar e a teoria crítica se depara com dificuldades para o fazer. Luiza Cortesão (2018) sustenta que é transversal a toda a obra de Freire a convicção, que é inseparável de uma opção de natureza ideológica, de que «aquilo porque se luta, mesmo que aparentemente inatingível, terá a possibilidade de ser alcançado, se se persistir em ações corajosas e argutas de combate aos problemas existentes» (p. 554). A este respeito, o conceito de «inédito viável», que surge pela primeira vez na *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1975a) e é abordado novamente duas décadas depois, na *Pedagogia da Esperança* (Freire, 1992), tem hoje uma enorme pertinência, pois o que define toda a teoria crítica é ela não reduzir a «realidade» ao que existe e ser capaz de imaginar futuros possíveis (Santos, 1999).

A capacidade e a energia necessárias à imaginação de futuros possíveis têm vindo a ser fortemente desalentadas por discursos políticos que afirmam que só há um caminho, que é inevitável que o mundo seja de uma dada maneira e não de outra. Na década de 1990, Freire alertava que o discurso neoliberal, «com ares de pós-modernidade (...), insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar – quase natural» (Freire, 1996: 11). Daí a relevância da conscientização, conceito que perpassa toda a sua obra. Embora o autor tenha deixado de o utilizar durante alguns anos devido ao uso abusivo do mesmo, Freire retoma-o na década de 1990 com assinalável vigor: «Contra toda a força do discurso fatalista neoliberal, pragmático e reacionário, insisto hoje, sem devaneios idealistas, na necessidade da conscientização» (Freire, 1996: 60).

Freire (1979) sustenta que, na aproximação espontânea que o ser humano faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica, mas uma posição ingénuo. Ocorre-nos a alegoria da «cegueira branca» criada por Saramago no *Ensaio Sobre a Cegueira* (Saramago, 1995). A cegueira representa a ausência de visão social e política diante da realidade tão desumana que nos circunda. Na epígrafe, Saramago escreve: «Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara». O olhar é somente o ato de enxergar o que está explícito, enquanto o ver permite reparar, usando da capacidade de observar e analisar criticamente uma situação, para além da superficialidade. Saramago diria que olhamos para o mundo, mas vemos e reparamos pouco. Por isso, a passa-

gem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica constitui o cerne da conscientização, que é inseparável da «práxis», da ação-reflexão (Freire, 1979).

Refletimos neste artigo sobre as possibilidades e as limitações de uma investigação participativa, entendida como práxis, ação-reflexão, na qual se procurou tecer caminhos para que outras formas de fazer ciência, mais comprometidas com a transformação do mundo, se tornem possíveis. Estamos convictos de que alguns passos foram dados nesse sentido. Por outro lado, consideramos que as mobilizações sociais contra a austeridade contribuíram, de diversos modos, enquanto experiência social e política, para a conscientização dos/as participantes. A consciência crítica, que é também consciência histórica e cidadã, foi bem visível na ação de mulheres e homens que assumiram o papel de sujeitos históricos e políticos na luta pela transformação social.

Correspondência: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto, Portugal.

E-mail: inesbarbosa83@gmail.com

Referências bibliográficas

- Abreu, Alexandre, Mendes, Hugo, Rodrigues, João, Gusmão, José G., Serpa, Nuno, Teles, Nuno, ... Mamede, Ricardo (2013). *A crise, a troika e as alternativas urgentes*. Lisboa: Tinta da China.
- Barbosa, Inês (2014). Troika o Salazar pela troika: Do 25 de Abril ao monstro da crise. In Luca Agnelli & Sergio di Vita (Eds.), *Quarto potere, quarta parede: Esperienze e idee di teatro giornalistico* (pp. 67-81). London: Lulu.com.
- Barbosa, Inês (2016). *Crise, austeridade e ação coletiva: Experiências de aprendizagem crítica com Teatro do Oprimido* (Tese de doutoramento). Universidade do Minho.
- Barbosa, Inês (2017). O fascismo ainda mora cá dentro? O teatro-jornal e o discurso da austeridade. *Educação, Sociedade & Culturas*, 49, 31-49.
- Barbosa, Inês, & Ferreira, Fernando I. (2015). A «máquina do empreendedorismo»: Teatro do Oprimido e educação crítica em tempo de crise. *Investigar em Educação IIª Série*, 3, 63-77.
- Barbosa, Inês, & Ferreira, Fernando I. (2017). Monstros, máquinas e pipocas: Teatro do Oprimido e protesto de rua. *Comunicação e Sociedade*, 31, 81-105.
- Barbosa, Inês, Rodrigues, Alexandra, & Mendes, Tatiana (2015). Cidadania em tempos de crise: Experiências de aprendizagem na ação coletiva e em contexto associativo. *Journal of Studies of Citizenship and Sustainability*, 1, 1-20.
- Benavente, Ana, Queiroz, Sandra, & Aníbal, Graça (2015). Crise, austeridade e educação em Portugal (2011-2014). *Investigar em Educação IIª Série*, 3, 49-62.

- Boal, Augusto (2010). *O Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Editora.
- Bookchin, Natalie, Brown, Pamela, Ebrahimian, Suzahn, colectivo Enmedio, Juhasz, Alexandra, Martin, Leonidas, ... Sitrin, Marina (2013). *Militant research handbook*. New York: New York University.
- Botero, Patricia (2012). Investigación y acción colectiva: Una experiencia de investigación militante. *Utopia y Praxis Latino Americana*, 17(57), 31-47.
- Braga, Ruy (2011). O pêndulo de Marx: Sociologias públicas e engajamento social. *Utopía y Praxis, Latinoamericana*, 16(52), 55-80.
- Braga, Ruy, & Santana, Marco A. (2009). Sociologia pública: Engajamento e crítica social em debate. *Caderno CRH*, 22(56), 223-232.
- Brandão, Carlos R. (Ed). (1981). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, Carlos R., & Borges, Maristela (2007). A pesquisa participante: Um momento de educação popular. *Revista de Educação Popular*, 6, 51-62.
- Bringel, Breno, & Varella, Renata (2014). *Pesquisa militante e produção de conhecimento: O enquadramento de uma perspectiva*. Disponível em <http://universidademovimentosociais.wordpress.com/artigos/>
- Brohm, Jean Marie (1979). *O que é a dialética?* Lisboa: Edições Andádoto.
- Brown, Leslie, & Strega, Susan (2005). *Research as resistance: Critical, indigenous, and anti-oppressive approaches*. Toronto: Canadian Scholars' Press/Women's Press.
- Brydon-Miller, Mary, Greenwood, Davydd, & Maguire, Patricia (2003). Why action research? *Action Research*, 1(1), 9-28.
- Burawoy, Michael (2006). Por uma sociologia pública. *Revista de Ciências Sociais*, 25, 9-50.
- Caria, Telmo (1999). A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, 5-36.
- Casa-Nova, Maria José, Benavente, Ana, Diogo, Fernando, Estevão, Carlos, & Lopes, João T. (Eds.). (2012). *Cientistas sociais e responsabilidade social no mundo actual*. V.N. Famalicão: Húmus.
- Colectivo Situaciones (2003). *On the researcher-militant EIPCP*. Disponível em <http://www.eipcp.net/transversal/0406/colectivosituaciones/en>
- Cook, Tina (2009). The purpose of mess in action research: Building rigour though a messy turn. *Educational Action Research*, 17(2), 277-291.
- Cortesão, Luiza (2018). Outro reencontro com a Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia da Esperança. *Educação em Perspectiva*, 9(3), 553-663.
- Della Porta, Donatella, & Mattoni, Alice (2014). *Spreading protest: Social movements in times of crisis*. Colchester: ECPR Press.
- Fals Borda, Orlando, & Rahman, Mohammad A. (Eds). (1991). *Action and knowledge: Breaking the monopoly with participatory action research*. New York: Intermediate Technology Publications/Apex.
- Ferreira, António C. (2012). *Sociedade de austeridade e direito do trabalho de exceção*. Porto: Vida Económica.
- Fine, Michelle (2012). An epilogue, of sorts. In J. Cammarota & M. Fine (Eds.), *Revolutionizing education: Youth participatory action research in motion*. London: Routledge.
- Franco, Maria Amélia (2005). Pedagogia da pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 483-502.
- Freire, Paulo (1975a). *Pedagogia do oprimido*. Porto: Afrontamento.

- Freire, Paulo (1975b). *Educação política e conscientização*. Lisboa: Sá da Costa.
- Freire, Paulo (1979). *Conscientização: Teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, Paulo (1981). Criando métodos de pesquisa alternativa. In C. R. Brandão (Ed.), *Pesquisa participante* (pp. 34-41). São Paulo: Brasiliense.
- Freire, Paulo (1992). *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, Paulo (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, Paulo (2010). *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1975)
- Gadotti, Moacir, Freire, Paulo, & Guimarães, Sérgio (1995). *Pedagogia: Diálogo e conflito*. São Paulo: Cortez.
- Habermas, Jürgen (1987). *Teoría de la acción comunicativa* (I e II). Madrid: Taurus.
- Hale, Charles (2008). *Engaging contradictions: Theory, politics, and methods of activist scholarship*. University of California Press.
- Juris, Jeffrey (2007). Practicing militant ethnography with the movement for global resistance in Barcelona. In S. Shukaitis & D. Graeber (Eds.), *Constituent imagination: Militant investigations, collective theorization* (pp. 164-178). Oakland: AK Press.
- Koirala-Azad, Shabnam, & Fuentes, Ema (2009/2010). Introduction. Activist scholarship: Possibilities and constraints of participatory action research. *Social Justice Journal*, 36(4), 1-5.
- Lowy, Michael (1997). Por um marxismo crítico. *Lutas Sociais, Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais*, 3, 21-30.
- Raven, Glenda (2006). Methodological reflexivity: Towards evolving methodological frameworks through critical and reflexive deliberations. *Environmental Education Research*, 12(3-4), 559-569.
- Russell, Bertie (2015). Beyond activism/academia. *Area*, 47, 222-229.
- Santos, Boaventura Sousa (1999). Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 197-215.
- Santos, Boaventura Sousa (2000). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Saramago, José (1995). *Ensaio sobre a cegueira*. Lisboa: Caminho.
- Schostak, John, & Schostak, Jill (2008). *Radical research: Designing, developing and writing research to make a difference*. London: Routledge.
- Semeraro, Giovanni (2006). Intelectuais «orgânicos» em tempos de pós-modernidade. *Cadernos Cedes*, 26(70), 373-391.
- Shukaitis, Stephen, Graeber, David, & Biddle, Erika (Eds.). (2007). *Constituent imagination: Militant investigations, collective theorization*. Oakland: AK Press.
- Soeiro, José, Cardina, Miguel, & Serra, Nuno (2013). *Não acredite em tudo o que pensa: Mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Touraine, Alain (1982). O método da sociologia da ação: A intervenção sociológica. *Novos Estudos*, 1(3), 36-45.
- Touraine, Alain (2009). A sociologia pública e o fim da sociedade. *Caderno CRH*, 22(56), 245-254.